

## Docentes da USP podem parar dia 4 de junho

Os professores da USP, reunidos em assembleia dia 25, decidiram recusar a proposta de reajuste do Cruesp e indicar paralisação dia 4 de junho (data do pagamento) como forma de protesto contra os 3% de correção salarial anunciados na semana passada. O indicativo de paralisação deverá ser ratificado na próxima assembleia, dia 2 de junho.

Até a próxima terça-feira, os docentes estarão debatendo nos encontros setoriais várias propostas que serão votadas na próxima assembleia. Elas não são excludentes e, além disso, novas sugestões poderão entrar na pauta.

Conheça as propostas da última assembleia da Adusp: 1) devolução simbólica pela diretoria da Adusp do reajuste de 3% ou compra e distribuição de um caminhão de bananas (ou outro gênero alimentício) no Largo de Pinheiros, "repassando à população o reajuste do Cruesp", 2) elaboração e distribuição de carta-aberta aos estudantes, explicando as negociações com o Cruesp, 3) publicação de matéria paga em jornais, informando a nossa posição, 4) publicação de lista de apoio à nossa luta, eventualmente com nomes de professores ilustres da USP, 5) realização de Ato Público contra o reajuste de 3% e distribuição de panfletos em apoio à greve das universidades federais e 6) coleta de assinaturas em abaixo-assinado se contrapondo ao informativo da reitoria denominado "USP Urgente" que tratou da questão do reajuste.

### Reunião com o Cruesp -

Durante a reunião com o Cruesp, dia 22 deste mês, na qual foi anunciado o reajuste, o professor Jair Borin, coordenador do Fórum das Seis, classificou o índice de inexpressivo e afirmou que as categorias esperavam bem mais. Ele disse ainda que esperava dessa nova formação do Cruesp, pelo menos uma atitude mais democrática e não a de imposição de um número indiscutível.

Sobre a criação de comissões que tratassem de isonomia salarial, da situação trabalhista, de saúde e aposenta-



Daniel Garcia

### Assembleia da Adusp que indicou possibilidade de paralisação.

dorias, Marcovitch, reitor da USP, disse considerá-las um grande risco para a autonomia de cada uma das universidades. O reitor da Unicamp e coordenador do Cruesp, Hermano Tavares, quando per-

guntado sobre a possibilidade de apresentação de um novo índice de reajuste, foi enfático em sua negativa. "Podemos dar 3% agora. Somente renegociamos quando recuperarmos as perdas do ICMS".

## Vigília durante reunião pressiona Cruesp

Professores, funcionários e estudantes fizeram, dia 19 deste mês, uma vigília no pátio da Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado, enquanto lá dentro o Cruesp mantinha a primeira reunião com os representantes do Fórum das Seis (foto). Naquela ocasião não foi apresentada nenhuma proposta de reajuste salarial e nem os reitores da USP (Jacques Marcovitch) e da Unesp (Antonio Manoel dos Santos Silva) estiveram presentes. O reitor da Unicamp, Hermano Tavares (presidente do Cruesp), iniciou dizendo que a reunião ia ter um caráter técnico e não deliberativo.

O Cruesp discutiu os principais temas da pauta de reivindicações, e já mostrou os



Daniel Garcia

Moraes, e com o reitor da Unesp sobre o Ceeteps.

**Manifestação** - Que país é este? Perguntava uma música do grupo Legião Urbana que tocava numa kombi dos manifestantes

seus argumentos: apresentou uma tabela relacionando os gastos da folha de pagamento das universidades com as liberações financeiras do Estado. A folha representa 94,52% dos gastos na USP, 96,76% na Unicamp, e chega a 100,29% na Unesp. Sobre o abono da Unesp e os salários do Centro Paula Souza, o presidente do Cruesp disse que são problemas específicos e que a entidade não tem como interferir. Mas prometeu conversar com o Secretário de Ciência e Tecnologia, Flávio Fava de

estacionada no pátio da Secretaria. De luto com a apatia do Cruesp, uma bandeira preta do Sindicato dos Trabalhadores da Unicamp era balanceada em frente à janela da sala de reuniões da Secretaria.

"Marcovitch medroso, tá fugindo dos professores!", "15 por cento pra todos, e pára de enrolar!", "Essa reunião é pra desmobilizar os professores, pra que a gente não vá pra Brasília, mas amanhã estaremos lá pra enfrentar a política de FHC e dos reitores", gritaram os manifestantes num megafone.

# Debate na *Folha* aprofunda discussão sobre PID e põe MEC contra a parede

Um debate realizado no auditório da *Folha de S.Paulo*, dia 05 deste mês, deixou claro que o PID (Programa de Incentivo à Docência), proposto pelo MEC para as federais, nem de longe é solução para a crise das universidades. Participaram da discussão a presidente da Andes (Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior), Maria Cristina de Moraes, a antropóloga e coordenadora do Núcleo de Pesquisas sobre o Ensino Superior da USP, Eunice Durhan, o reitor da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e representante da Andifes (Associação Nacional de Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior), José Rubens Rebelatto, e o diretor do Departamento de Política da Secretaria de Ensino Superior do Ministério da Educação e Cultura (MEC), Luiz Roberto L. Curi. Apenas o representante do MEC defendeu o PID; todos os outros participantes fizeram sérias críticas ao programa proposto pelo governo federal.

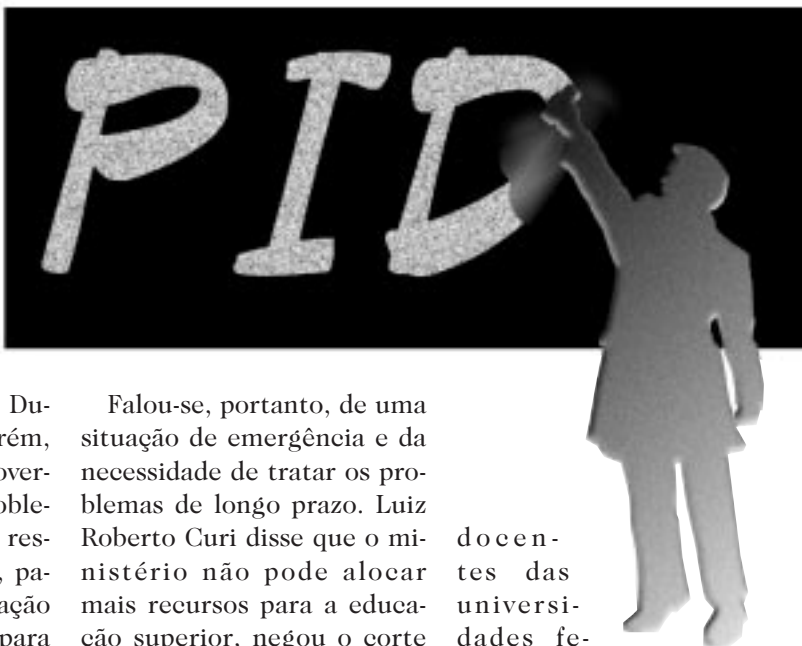
A presidente da Andes abriu o debate enumerando os problemas das universidades e justificando a greve dos servidores das federais, que não têm aumento há mais de três anos. A necessidade de autonomia para as instituições, o êxodo de professores para as universidades privadas e os cortes nos recursos de bolsas de pesquisa foram rebatidos pelo representante do MEC. Luiz Roberto Curi simplesmente disse que “o governo está fazendo um esforço orçamentário crescente pela educação”. Segundo ele, há uma grande preocupação de reformar as universidades pú-

blicas. Essa preocupação, disse ele, está refletida na reforma curricular, nas discussões sobre a carreira universitária e no PID, que entre outras coisas visa diminuir a evasão de professores de graduação.

O incentivo à docência é extremamente necessário, afirmou Eunice Durhan, acrescentando, porém, que da forma como o governo propõe gera mais problemas do que soluções. A resposta para este impasse, para ela, estaria na formulação de um plano de carreira para todos os docentes que garantisse salários justos e não obrigasse o professor a desprezar as aulas de graduação em prol da pesquisa e da pós-graduação.

O reitor da UFSCar, José Rubens Rebellato, concorda com Eunice e considera o PID um motor discriminatório de cisão, pois não beneficia a todos os docentes da graduação. É, portanto, contra o princípio da isonomia salarial, defendido pela Andifes e pelos sindicatos. O PID, mesmo na segunda versão apresentada pelo MEC, mantém o objetivo principal do governo de não conceder aumento que beneficie os aposentados.

Segundo Eunice Durhan, gasta-se mais com os docentes aposentados que com os da ativa, e o valor médio que recebem os beneficiários é maior que a média dos salários dos que trabalham. Eunice procurou mostrar que não há falta de recursos, mas é preciso saber administrá-los bem. Difícil é haver acordo entre o governo e as instituições que garanta as liberdades para que esta administração aconteça.



Falou-se, portanto, de uma situação de emergência e da necessidade de tratar os problemas de longo prazo. Luiz Roberto Curi disse que o ministério não pode alocar mais recursos para a educação superior, negou o corte de bolsas de pesquisa e afirmou que, ao contrário, houve aumento nas verbas e no número de bolsas. A impressão que passava do debate era de que os professores não falavam sobre as mesmas universidades.

A falta de diálogo entre o MEC e a Andes acabou tornando-se o centro da discussão ao final do encontro. Luiz Roberto Curi disse que o MEC sempre está disposto a negociar e que a greve dos

docentes das universidades federais é uma atitude extrema, que nada resolve. A presidente da Andes, revoltada, enumerou várias tentativas de diálogo por parte dos professores e provocou: “se o MEC está tão aberto a negociações, por que nunca marca a reunião do ministro Paulo de Souza com a Andes?” Luiz Roberto Curi garantiu que o MEC marcaria a reunião, o que de fato aconteceu (veja box).

## Ministro só negocia se greve acabar

O ministro da Educação, Paulo Renato Souza, que vinha se negando a receber o Comando Nacional de greve, concordou com a instalação de uma mesa de negociações entre Andes e MEC para discutir os pontos da pauta de reivindicações dos docentes. No entanto, ele condicionou sua proposta à volta ao trabalho por parte dos professores das universidades federais. Os docentes debateram a proposta em suas assembleias e decidiram continuar a greve que completará 60 dias no final deste mês. Todas as 52 universidades federais estão paralisadas.

A decisão do ministro foi anunciada numa audiência com a Andes, dia 12 de maio, depois de muito esforço do Sindicato Nacional em marcar uma reunião com Paulo Renato. O ministro adiantou que é contra o reajuste salarial linear e contra a inclusão dos aposentados e pensionistas em qualquer proposta salarial. Ele admitiu, porém, rever o PID (Programa de Incentivo à Docência).

# Deputados e entidades fazem primeira reunião sobre LDO/99

No próximo dia 3 de junho os deputados integrantes das comissões de Educação e de Ciência e Tecnologia da Assembléia Legislativa de São Paulo estarão se reunindo com representantes do Fórum das Seis, estudantes e reitores das três universidades estaduais paulistas para iniciar o debate da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o ano de 99. Na LDO é definida a dotação orçamentária da USP, Unesp e Unicamp.

Segundo avaliação da diretoria da Adusp, este é o momento para tentar reverter a crise econômica que se instalou nestas instituições há

muito tempo, arrochando salários e reduzindo verbas para custeio e manutenção. Atualmente a LDO determina o repasse de 9,57% da quota parte do ICMS para as universidades estaduais paulistas. As entidades representativas de docentes e funcionários da USP, Unesp e Unicamp defendem que o repasse seja de 11,6% para as universidades e 2,1% para o Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza.

As entidades ligadas ao Fórum das Seis acreditam que o fato de ser 98 um ano eleitoral, o resultado da votação pode ser diferente de outros anos. A base governista está

rachada, opondo entre si PMDB, PSDB, PPB e PFL, e existe a preocupação de cada parlamentar "zelar" pela reeleição. Para o deputado Milton Flávio (PSDB), a posição governamental é a de manter os 9,57% mais a reposição das perdas oriundas pela Lei Kandir. Segundo ele, o governador Mário Covas não vai além dessa posição, uma vez que precisa garantir verbas para outras áreas também prioritárias como saúde e educação de 1º e 2º graus.

A avaliação da bancada oposicionista é mais otimista. Para o deputado petista José Baccarin, a pressão dos docentes, funcionários e es-

tudantes pode ser decisiva neste ano eleitoral. Esta mesma opinião é compartilhada por César Callegari (PSB) e Jamil Murad (PC do B). César e Jamil ressaltam, ainda, a disposição dos novos reitores da USP, Jacques Marcovitch, e da Unicamp, Hernano Tavares, em defenderem a universidade pública. Eles acreditam que, baseado neste fato, é possível conseguir o apoio dos reitores.

Além do aumento de 11,6%, existem emendas intermediárias propondo repasse de 10,2% e 10,54% da quota parte do ICMS para o ensino superior público no estado de São Paulo.

## Renato de Oliveira é eleito na Andes

Com uma diferença de 1.762 votos a chapa 2, encabeçada pelo professor Renato de Oliveira (UFRGS), venceu a eleição realizada na Andes nos dias 12 e 13 deste mês. A chapa 1, que tinha como candidato a presidente Luiz Carlos Soares (UFF) obteve um total de 9.310 votos e a chapa de oposição 11.072. Na USP, a chapa 1 venceu com uma diferença de 218 votos, 319 e 101, respectivamente.

Em sua primeira entrevista

como presidente eleito da Andes, Renato de Oliveira afirmou que a diretriz geral de sua gestão, conforme afirmado em campanha, será a de reaproximar o Sindicato Nacional dos professores universitários e da própria universidade, entendendo-se o termo não só como universidade pública, mas de todo o conjunto do sistema de ensino superior público brasileiro. Ele disse ainda que a Andes defenderá as posições históricas do movimento docente, a exemplo

do ensino público e gratuito em todos os níveis, a defesa da democracia e reformas estruturais na sociedade (agrária, urbana, etc.).

Perguntado sobre a solução para a greve que já dura quase dois meses nas universidades federais, Renato de Oliveira afirmou que ela só entrará num impasse se o Sindicato e o Comando Nacional de Greve quiserem, sobretudo agora,



quando, derrubado o PID pelo Congresso Nacional, o governo não tem mais alternativas para a exclusão dos aposentados de qualquer reajuste salarial que venha a ser conquistado.

### Novos representantes do CR/Adusp

Nos dias 12 e 13 deste mês, a Adusp realizou eleições para o Conselho de Representantes. Foram eleitos os seguintes docentes:

#### Escola Politécnica

Titular: Alberto Hernandez Neto      Suplente: Ademar Ferreira

#### Instituto de Física

Titular: Tania Thomé M. Castro      Suplente: Antonio Domingues dos Santos

#### Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto

Titular: Benedito H. Machado

#### Faculdade de Ciências Farmacêuticas de Ribeirão Preto

Titular: Marco Aurélio S. Lavrador      Suplente: Fátima Maria H. S. P. da Silva

#### Instituto de Matemática e Estatística

Titular: Luólia Daruiz Borsari

#### Faculdade de Odontologia de Bauru

Titular: Arsenio Sales Peres      Suplente: Flávio Augusto C. de Faria

### Democracia em Ribeirão Preto

Confirmando sua tradição democrática, a Adusp Regional de Ribeirão Preto, juntamente com outras entidades daquele campus, promoveu dia 14 de abril, um debate entre os candidatos à prefeitura. Participaram os professores Carlos Júlio Laure, Moacyr Antônio Mestriner, José Roberto Tamburus e Alexandre Corrado. Os debatedores discutiram os principais problemas do campus, como segurança, meio

ambiente e terceirização.

No dia seguinte, em votação do Conselho do Campus foi indicado o nome de Moacyr Mestriner para ser o prefeito. As entidades enviaram ofícios ao reitor solicitando que considerasse o resultado da votação na escolha do prefeito. Em 20 de abril o reitor da USP nomeou o professor Moacyr para prefeito do campus de Ribeirão Preto, acatando a vontade da comunidade.

# Cert passará por mudanças no 2º semestre

Em sua segunda reunião com o CR da Adusp desde que assumiu a reitoria, Jacques Marcovitch admitiu mudanças na Cert. Ele informou que já trocou cinco membros e que substituirá, até o final de junho, o presidente e o vice. “Faltam 15 departamentos para serem avaliados e seria contraproducente fazer mudanças neste momento”, disse Marcovitch.

Segundo o reitor da USP, a atividade de avaliação docente é complexa e os departamentos não têm se envolvido com esta questão. Na nova filosofia de trabalho da Cert, informou Marcovitch, os de-

partamentos devem se organizar para realizar as avaliações de seus professores de acordo com critérios definidos internamente.

Inquirido pelos Conselheiros da Adusp, Marcovitch falou ainda sobre os contratos precários. Segundo ele, dos aproximadamente 4.600 docentes da USP, 1982 são contratados de forma precária. A maioria deles está há menos de cinco anos no cargo e 256 tem mais de 15 anos. Para regularizar a situação dos que estão há mais de 15 anos na universidade, a USP abrirá concurso. Os cargos serão os já existentes, ou outros novos,



Reunião do CR da Adusp com o reitor Marcovitch

a serem solicitados à reitoria.

Marcovitch explicou que, numa próxima fase, pretende abrir concursos para professores com mais de 10 anos

na USP. Esta proposta, no entanto, depende de análise mais aprofundada e de posicionamento do Conselho Universitário.

## Quantos cargos você tem?

Alguém imagina um Secretário de Estado acumulando o cargo de Deputado? Ou um Senador em exercício fazendo parte do Ministério? A impossibilidade desses casos está bem definida até em nossa sofrida democracia. Trata-se do princípio de separar os poderes para garantir sua independência e cumprimento das tarefas fiscalizadoras atribuídas ao parlamento. É claro que isto por si só não garante coisa alguma, mas são pré-requisitos éticos amplamente aceitos. Não seria o caso de nos preocuparmos com esse assunto aqui na Universidade de São Paulo?

A diretoria da Adusp tem acompanhado diversos casos de alteração de regime de trabalho deliberadas pela Cert contrariando decisões de Conselhos de Departamento, CTAs e Congregações. Há exemplos também de não aprovação de estágios probatórios, além da utilização do artifício de excluir do RDIDP e imediatamente incluir o docente novamente neste regime, iniciando novo estágio de mais seis anos. Es-

ses acontecimentos revelam a dificuldade que a universidade tem para tratar as relações profissionais de uma forma clara, transparente e minimamente embasada em preceitos do direito do trabalho. Em todos essas situações há uma clara possibilidade de conflito de interesses entre ser membro da Cert e ao mesmo tempo Chefe de Departamento. Este último, enquanto chefe do seu Conselho, é o representante do Departamento junto aos outros Órgãos Colegiados sejam da sua unidade ou da Universidade. Já cada participante da Cert exerce um cargo de confiança, escolhido pelo Reitor segundo seus próprios critérios. Portanto, o acúmulo desses dois cargos por um mesmo docente pode ocasionar indesejáveis vícios de atuação.

Observemos agora um outro tipo de acumulação que também acontece na USP. Todos sabemos que as decisões de maior importância são tomadas, inclusive em grau de recurso, em Órgãos Colegiados como o Conselho Universitário e os Conselhos

Centrais (Pesquisa, Extensão, Graduação e Pós). Assim, é preciso que fiquem garantidas suas competências de exercer efetivamente o poder legislativo na Universidade. A composição do Conselho Universitário já inclui os diretores, que como sabemos, são escolhidos em lista tríplice pelo Reitor. Os representantes de Congregação, de categorias funcionais e estudantes são, em princípio, a parte mais independente do poder executivo presente neste Conselho. Parece, portanto, inadequado exercer esses mandatos de representação cumulativamente com um cargo executivo de confiança do Reitor. O mesmo também se dá nos Conselhos Centrais, mencionados acima, que funcionam como parlamentos para decisões em assuntos específicos.

Essa discussão de acúmulo de cargos surgiu na visita do Reitor ao Conselho da Adusp em 4 de maio, quando da discussão sobre a Cert e seus conflitos com as unidades. O Reitor comentou o assunto mostrando-se interessado em aprofundar o de-

bate e mencionou que não se recordava de haver nomeado ninguém para a Cert que já estivesse ocupando outros cargos. Colegas presentes mencionaram que existem pelo menos um vice-diretor e um Chefe de Departamento, sendo que este último, na verdade, ainda acumula a presidência da Comissão de Extensão e a representação da Congregação junto ao CO (são quatro importantes cargos na administração universitária exercidos pela mesma pessoa!).

Mesmo pensando dentro dos limites estatutários que atribuem preferencialmente aos professores titulares várias funções, esses acúmulos não se justificam e comprometem o fluxo de decisões na Universidade de São Paulo, com sérios prejuízos ao poder fiscalizador dos órgãos colegiados. A Adusp solicita aos colegas que enviem (use também o e-mail) informações de acúmulos de cargos em sua unidade, de modo que possamos ampliar o debate e buscar estabelecer na legislação critérios sobre que acúmulos devem ser permitidos.